

política

Moisés Barboza assume presidência do Legislativo

Tucano liderará Parlamento da Capital e projeta votar Plano Diretor

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Cláudio Isaías
isaiasc@jcrs.com.br

Em seu terceiro mandato como vereador, Moisés Barboza (PSDB), 47 anos, assumiu a presidência da Câmara Municipal de Porto Alegre durante solenidade realizada nesta segunda-feira, 5 de janeiro, no plenário Otávio Rocha. O tucano comandará o Legislativo da Capital no ano de 2026. Um dos principais temas em debate será o novo Plano Diretor da cidade. Barboza afirmou que pretende votar o projeto ainda no primeiro semestre deste ano. A Câmara, agora, entrará em recesso parlamentar e retomará as atividades no início de fevereiro.

O vereador vai comandar o Legislativo municipal pela primeira vez. Ele disse que a gestão será marcada pelo combate ao abuso de crianças e adolescentes. “Vamos abrir o espaço na Câmara para debater esse tema porque desde a pandemia da Covid-19 a sociedade não tem noção do número crescente de abusos e violência que os jovens vêm sofrendo. Será uma prioridade da minha gestão.”

No PSDB há muitos anos, o tucano substituiu a vereadora Comandante Nádia (PL) na presidência do Legislativo. A chapa única para a Mesa Diretora recebeu 34 votos favoráveis.

Segundo Barboza, a proposta é que além dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário o debate sobre a violência contra crianças e adolescentes tenha a participação, por exemplo, do Conselho Tutelar e de outras entidades da sociedade.



Barboza toma posse ao lado do prefeito Melo e da ex-presidente Nádia

de. “Temos diversos temas que estão sobre a mesa do Legislativo. Em fevereiro, vamos ter a oportunidade de ouvir a todos e a diversidade ser avaliada democraticamente”, comenta Barboza.

O novo presidente da Câmara disse que a sociedade quer que os vereadores entreguem o melhor para Porto Alegre. “Quem é a favor de uma pauta que faça a sua defesa e vote e quem é contra que faça o seu trabalho e vote contra. O importante é que a gente não pode mais gastar tanto tempo no debate da polarização. Os vereadores precisam aprovar ou rejeitar e entregar o melhor para a sociedade”, aponta. O tucano comentou que a Mesa Diretora é composta por sete vereadores de campos ideológicos totalmente diferentes.

Presente na cerimônia de posse, o prefeito Sebastião Melo (MDB) disse que a cidade precisa priorizar temas como o fechamento de ferros-velhos, a organização da distribuição de alimentos para pessoas em situação de rua e o combate

ao abandono de imóveis. “Somos favoráveis a uma legislação com multas mais pesadas para terrenos abandonados. Não dá mais para ter tantos terrenos abandonados na cidade que acabam sendo ocupados por pessoas em situação de rua, que infelizmente os moradores nos bairros”, avalia. Ex-presidente da Câmara, Comandante Nádia (PL) desejou sucesso a Barboza.

Mesa Diretora

- Moisés Barboza (PSDB, presidente)
- Giovane Byl (Podemos, 1º vice-presidente)
- Fernanda Barth (PL, 2ª vice-presidente)
- Rafael Fleck (MDB, 1º secretário)
- Ramiro Rosário (Novo, 2º secretário)
- Aldacir Oliboni (PT, 3º secretário)
- Roberto Robaina (PSOL, 4º secretário)

Após recesso, Eduardo Leite retoma comando do Piratini



/ GOVERNO DO ESTADO

O governador do RS, Eduardo Leite (PSD, à direita na foto), retomou as atividades à frente do Executivo estadual na manhã de ontem, após recesso. Ele destacou o respeito institucional e a harmonia entre os Poderes. A transmissão do cargo foi feita pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Pepe Vargas (PT, à esquerda na foto), que esteve à frente do Piratini entre os dias 2 e 4 de janeiro.

CPI dos Pedágios aprova plano de trabalho e oitivas iniciam dia 28

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Bolívar Cavalari
bolivarc@jcrs.com.br

Os deputados estaduais gaúchos que integram a CPI dos Pedágios aprovaram por unanimidade ontem o plano de trabalho proposto pelo relator Miguel Rossetto (PT), que prevê o início das oitivas no dia 28 de janeiro com a chamada de representantes do Tribunal de Contas do Estado do RS para prestarem esclarecimentos. O colegiado é presidido por Paparico Bacchi (PL) e foi instalado para investigar possíveis irregularidades nos contratos de concessões rodoviárias que estão sendo promovidos pelo governo de Eduardo Leite (PSD), dos chamados Blocos 1, 2 e 3 de rodovias estaduais.

O plano aprovado define que as reuniões serão realizadas durante as segundas e quartas-feiras e os trabalhos investigatórios estão previstos para seguir até o início de março. Além do TCE, o cronograma de oitivas prevê o convite de representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) para o dia 4 de fevereiro, pois a instituição financeira é responsável pela modelagem das concessões propostas pelo Piratini.

Originalmente o relator Miguel Rossetto propôs que o colegiado ouvisse a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (Agergs) antes do BNDES, em razão de a instituição tem responsabilidade

de fiscalizar os contratos do governo. Porém, após solicitação do líder do governo Leite no Parlamento, Frederico Antunes (PP), e aprovação do pedido pelo presidente da CPI, a oitiva do banco foi antecipada e a reunião com integrantes da Agergs deve ocorrer em 9 de fevereiro. O calendário também prevê depoimentos de representantes do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) e da Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR) no dia 11 de fevereiro.

Antunes também propôs que os comparecimentos à Comissão fossem solicitados via convite, e não por convocação, mas Paparico Bacchi rejeitou a proposta sob o argumento de que estão previstas apenas oito pessoas convocadas, enquanto o número de convidadas é superior a 30.

Entre as convocações previstas estão os secretários estaduais da Reconstrução Gaúcha - antiga Secretaria de Parcerias, pasta responsável por promover as concessões -, Pedro Capeluppi, e de Transportes, Juvir Costella.

Dos três blocos de rodovias que o governo do Estado pretende conceder à iniciativa privada, apenas o Bloco 3 já foi concedido, ainda em 2022. A intenção do Piratini é de leiloar os Blocos 1 e 2 neste ano de 2026, sendo que este segundo tem o leilão previsto para 13 de março, poucos dias após o término dos trabalhos da CPI.

Juntos, os Blocos 1 e 2 compreendem cerca de 836 quilômetros da malha rodoviária gaúcha.



Reunião dos integrantes do colegiado definiu roteiro de atividades

Cronograma

- 28/01 ► Representantes do Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Rio Grande do Sul
- 04/02 ► Representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES)
- 09/02 ► Representantes da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (Agergs)
- 11/02 ► Representantes do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) e da Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR)